

INTENÇÃO DE COMPRA DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14483/2023

FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO I DA LEI 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE/MG**, sediado à Rua 08, nº 1000, Centro, no Município de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.226.840/0001-47, por intermédio do Departamento de Compras, torna público que, realizará Chamada Pública, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos Art. nº 75, inciso I, da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

- Data limite para apresentação das propostas e documentações: 05/04/2023

- Referências de horário: horário de Brasília/DF

- Endereço eletrônico para envio das propostas e documentações:
licitacao@itapagipe.mg.gov.br

- Link do edital:

[http://pmitapagipe.horusdm.com.br/transparencia/estatica/modelo/3/titulo/Dispensa%20de%20Licita%C3%A7%C3%A3o/caminho/documentos\[\]relatorios\[\]esticos\[\]Dispensa/parametros/aWRQYWdpbmE9OSZUaXR1bG89RGlzcGVuc2EgZGUGtGljaXRhw6fDo28=](http://pmitapagipe.horusdm.com.br/transparencia/estatica/modelo/3/titulo/Dispensa%20de%20Licita%C3%A7%C3%A3o/caminho/documentos[]relatorios[]esticos[]Dispensa/parametros/aWRQYWdpbmE9OSZUaXR1bG89RGlzcGVuc2EgZGUGtGljaXRhw6fDo28=)

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto desta Chamada Pública a **CONTRATAÇÃO IMEDIATA** de serviços técnicos de engenharia com a realização de Projeto detalhado de rotatória alongada, para acesso da MG-255 à Avenida do Contorno, em Itapagipe/MG, na forma descrita no Termo de Referência, **COM FUNDAMENTO LEGAL NO ART. 75, I, §3º DA LEI 14.133 DE 01/04/2021**.

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.2.1 **ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA;

1.2.2 **ANEXO II** – MODELO DE PROPOSTA;

1.2.3 **ANEXO III** – MINUTA DE CONTRATO.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta aquisição estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura de Itapagipe, para exercício de 2023, na classificação abaixo:

3. DO VALOR ESTIMADO:

3.1. O menor valor global orçado, estimado para contratação é de R\$ 59.424,59 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

4. PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO:

4.1. A presente **CHAMADA PÚBLICA** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser protocolizados no setor de Licitações da Prefeitura de Itapagipe, sito à Rua 08, nº 1000, Centro ou pelo e-mail licitacao@itapagipe.mg.gov.br, fazendo referência à **DISPENSA**.

4.1.1 Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **05/04/2023**.

4.1.2 Para se Habilitar na presente Dispensa, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos, juntamente com a proposta comercial:

4.2. Habilitação Pessoa Jurídica:

4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;

4.2.2. Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;

4.2.3. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

4.2.4. Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

4.2.5. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

4.2.6. Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

4.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.2.8. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4.2.9. Certidão de Registro da Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), válida na data do recebimento da proposta e documentação de habilitação;

4.2.10. Certidão de Registro do Responsável Técnico no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), do responsável técnico da empresa interessada, válida na data do recebimento da proposta e documentação de habilitação;

4.2.11. Atestado(s) registrado(s) no CREA de projetos de acesso aprovados no DER e/ou DNIT.

4.2.12. Poderá ser apresentado para comprovação da Regularidade Fiscal, Certidão Positiva com efeito de Negativa ou certidão negativa.

4.2.13. Caso o documento não declare sua validade, somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes.

4.3. Proposta de Preço/Cotação:

4.3.1 A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital e deverá ser encaminhada de acordo com o item 4.1 do edital.

4.3.2 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

4.3.3 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento ocorrerá da seguinte forma: 20% (vinte por cento), no ato da assinatura do Contrato; 60% (sessenta por cento) na ocasião do protocolo do Projeto junto ao DER/MG; 20% (vinte por cento) na ocasião da aprovação dos projetos junto ao DER/MG, mediante apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Para realização dos pagamentos, a CONTRATADA deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Poderá o Município revogar o presente Edital da Intenção de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

6.2. O Município deverá anular o presente Edital da Intenção de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

6.3. A anulação do procedimento de Edital da Intenção de Dispensa de Licitação, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Itapagipe, 30 de março de 2023.

Ricardo Garcia da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14483/2023

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto desta Chamada Pública a **CONTRATAÇÃO IMEDIATA** de serviços técnicos de engenharia com a realização de Projeto detalhado de rotatória alongada, para acesso da MG-255 à Avenida do Contorno, em Itapagipe/MG, na forma descrita no Termo de Referência, COM FUNDAMENTO LEGAL NO ART. 75, I, §3º DA LEI 14.133 DE 01/04/2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. TRECHO – ACESSO

- Implantação de rotatória alongada;
- Início entroncamento com rodovia MG-255 (existente);
- Final entroncamento com a Avenida do Contorno (a implantar).

Figura 01 – Localização da Via de Acesso.



1.2.1. Para cumprimento das finalidades previstas no presente Edital e Termo de Referência, deverão ser realizados plenamente os seguintes projetos:

- a) Levantamento topográfico (fornecido pela Prefeitura)
- b) Projeto Geométrico;
- c) Projeto de Terraplenagem;
- d) Projeto de Drenagem;
- e) Projeto de Pavimentação;
- f) Projeto de obras Complementares;
- g) Projeto de Sinalização;
- h) Projeto de Sinalização de Obras.

Os projetos deverão seguir as definições e normas técnicas vigentes do DER/MG e Prefeitura. Os projetos deverão ser desenvolvidos em software AutoCAD Civil 3D. Todos os relatórios desenvolvidos e os Projetos formatados deverão ser entregues via e-mail em meio digital (.pdf), contendo todos os arquivos necessários para a impressão destes.

1.3. PROJETO EXECUTIVO DE GEOMETRIA

O projeto geométrico deverá ser desenvolvido baseado no levantamento topográfico e planialtimétrico fornecido, os quais deverão conter todas as informações necessárias para a elaboração do projeto.

O projeto de geometria e infraestrutura deverá contemplar:

- Desenho do levantamento planialtimétrico e cadastral da faixa dos traçados na escala 1:1.000, com representação das curvas de nível de metro em metro;
- Lançamento do eixo de projeto na faixa do levantamento de forma a se obter o melhor posicionamento possível;
- Obtenção do perfil longitudinal e seções transversais do eixo do projeto para definição dos elementos para as notas de serviços de construção;
- Lançamento do greide com análise e detalhamento do perfil e seções transversais a cada 20 metros ou conforme a necessidade;
- Lançamento dos offsets de cortes e aterros;
- Desenho final, em planta e perfil, nas escalas 1:1.000 (H) / 1:100 (V), contendo todos os elementos do projeto para cada via;
- Relatório final e demais informações necessárias a perfeita execução dos serviços.

1.4. PROJETO EXECUTIVO DE TERRAPLENAGEM

Deverão ser informados nos desenhos do Projeto Geométrico os locais de corte e aterro apontando para cada local indicado o volume correspondente a ser movimentado e o destino/origem do material. Cada área de corte e aterro deverá ser numerada de acordo com o sentido crescente das estacas.

O projeto de terraplenagem e infraestrutura deverá contemplar:

- Seções transversais a cada 20 m ou conforme a necessidade;
- Cálculo dos volumes de terraplenagem e classificação dos materiais a serem escavados em função das sondagens realizadas pelo cliente;
- Distribuição dos materiais escavados com indicação de origem e destino e distância média de transporte apresentados em planilha;
- Levantamento dos quantitativos e elaboração da planilha de quantidades, com apresentação dos volumes de corte e aterro;
- Relatório final e demais informações necessárias a perfeita execução dos serviços.

1.5. PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM

O serviço consistirá na elaboração de Projeto de Drenagem para o acesso conforme descrito a seguir:

- Planta contendo a solução e todos os dispositivos de drenagem adotados, seções gabaritadas dos bueiros,
- Projetos-tipo e quadro de quantidades descrito em planta;

- Perfil dos bueiros contendo dados de cota de topo, fundo, estaca e dispositivo utilizado, rodapé contemplando diâmetro, lâmina, declividade e vazão da rede, se necessário;
- Texto de drenagem contemplando dispositivos adotados no projeto. Deverão ser apresentados em um único arquivo com os dois itens (estudos hidrológicos e projeto de drenagem);

Os projetos deverão ser apresentados conforme normas e especificações do DER/MG, DNIT e Sudecap.

1.6. PROJETO EXECUTIVO DE PAVIMENTAÇÃO

O Serviço consistirá na elaboração de Projeto de Pavimentação para o acesso conforme descrito a seguir:

O projeto de pavimentação deverá ser elaborado conforme especificações, normas e manuais do DER/MG, DNIT e Sudecap. O objetivo é conceber uma estrutura estratificada de materiais, com características geotécnicas, capaz de proteger o subleito dos esforços destrutivos das rodas dos veículos, durante o período de projeto. Juntamente a esta função estrutural, o projeto terá por intuito elaborar uma estrutura que garanta aos usuários conforto e segurança. Deverá conter:

- Planta contendo a solução de pavimentação;
- Locais de ocorrências de materiais (jazidas, pedreiras, areais e empréstimos);
- Desenhos do Projeto de Pavimentação (seções e detalhes do pavimento) no formato de apresentação conforme o padrão;
- Quadro resumo e quantidades;
- Especificações de serviços de pavimentação.

1.7. PROJETO EXECUTIVO DE OBRAS COMPLEMENTARES

Deverão ser considerados no projeto de obras complementares a implantação de dispositivos de segurança, como defensas e New Jersey, cercas, alambrados, passeios e outros dispositivos necessários.

1.8. PROJETO EXECUTIVO DE SINALIZAÇÃO

- Projeto deverá ser elaborado contendo toda sinalização horizontal e vertical do acesso;
- Levantamento dos quantitativos e elaboração da planilha de quantidades;
- Relatório final e demais informações necessárias a perfeita execução dos serviços.

1.9. PROJETO EXECUTIVO DE SINALIZAÇÃO DE OBRA

- Projeto contendo a sinalização vertical e definição dos desvios durante a execução das obras para construção do acesso.
- Levantamento dos quantitativos e elaboração da planilha de quantidades;
- Relatório final e demais informações necessárias à perfeita execução dos serviços.

2. SERVIÇOS FORA DO ESCOPO E DAS RESTRIÇÕES

Não estão inclusos nos serviços a serem contratados as seguintes atividades:

- Levantamentos de campo, sondagens, topografia;

- Estudos geológicos e geotécnicos;
- Projetos de Estabilidades, contenção e estrutural;
- Projeto de Desapropriação;
- Estudos e projetos Ambientais;
- Projeto de Interferências;
- Orçamentos;
- Pagamento de taxas referentes a aprovação de projeto em órgãos federais, estaduais e municipais;
- Impressões dos Projetos;
- Serviços que não sejam os que constam neste Termo de Referência serão de responsabilidade da contratante ou objeto de Termo Aditivo Contratual.
- Demais projetos, exceto os mencionados neste Termo de Referência.
- Não será aceito levantamento topográfico feito por Drone ou aeronave remotamente pilotada.

3. PRAZO PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS

Para o início dos trabalhos deverão ser disponibilizados os arquivos do levantamento topográfico/planialtimétrico no formato “dwg” ou superfície no Civil 3D, contendo principalmente as curvas de nível espaçadas de metro em metro, iniciando 500 m antes e depois do eixo do acesso, deverá também conter o cadastro completo (apresentando alinhamento dos bordos e eixo da rodovia, cadastro de drenagem superficial e profunda, sinalização vertical, postes, árvores, alinhamento das cercas existentes, faixa de domínio, área “non aedificandi”, o terreno acessado e seus confrontantes devidamente identificados, além de todas as benfeitorias existentes, malha triangular, nuvem de pontos e quadro de marcos topográficos, etc.

Com a informação dos retromencionados dados à empresa contratada e mediante o pagamento da entrada (Ordem de Serviço), o prazo para a elaboração dos projetos será de até 60 (sessenta) dias corridos.

4. DA JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos visa realizar a melhoria da via de acesso existente entre a MG 255 e Avenida do Contorno, uma vez que não há acesso adequado a essa entrada da cidade. A presente contratação objetiva possibilitar a realização de projeto contendo todas as etapas exigíveis para que seja possível sua concretização, dentro das normas vigentes e legais, de forma a promover, além de aspecto visual melhorado, a segurança necessária no trânsito local.

5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços objeto deste Edital deverão ser prestados conforme especificações contidas no presente Termo de Referência e o prazo para início de sua execução será de acordo com o tópico 3 deste Termo de Referência.

5.2. Será de responsabilidade da Contratada todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, ou encargos sociais, inclusive despesas com pessoal, material, equipamentos, locomoção, passagens, diárias, alimentação, estadia, frete, cargas e quaisquer outros custos similares advindos do serviço prestado.

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento ocorrerá da seguinte forma:

- a) 20% (vinte por cento) do valor contratado mediante assinatura do Contrato;
- b) 60% (sessenta por cento) do valor contratado mediante protocolo dos Projetos no DER/MG;
- c) 20% (vinte por cento) do valor contratado mediante aprovação dos projetos junto ao DER/MG

7. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8 – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

8.1 – A contratada deverá fornecer o objeto de acordo com as características mínimas acima apresentadas.

8.2 – Os serviços a serem prestados estarão sujeitos à aceitação plena pelo Contratante e, para tanto, os mesmos poderão a qualquer tempo ser submetidos ao recebimento provisório, onde o Secretário (a) da unidade Requisitante e/ou solicitante ficará responsável pela conferência do serviços prestado, podendo este nomear e/ou designar formal ou informalmente um servidor de sua confiança, desde que seja apto a realizar a conferência deste com as especificações contidas na proposta de preços e no Termo de Referência; caso estejam de acordo, emitirá atestado do seu recebimento definitivo mediante Termo de Recebimento Definitivo.

8.3 – Caso os serviços estejam em desacordo com as especificações contidas na proposta de preços, o Secretário e/ou servidor rejeitará o recebimento do(s) mesmo(s), ficando a licitante obrigada a promover as adequações necessárias para o pleno atendimento das finalidades ora pleiteadas, a fim de atender as especificações mínimas do edital em referência, sem qualquer ônus ou prejuízo ao Município.

Itapagipe/MG, 30 de março de 2023.

RICARDO GARCIA DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14483/2023

9

Objeto: **CONTRATAÇÃO IMEDIATA** de serviços técnicos de engenharia com a realização de Projeto detalhado de rotatória alongada, para acesso da MG-255 à Avenida do Contorno, em Itapagipe/MG, na forma descrita no Termo de Referência, COM FUNDAMENTO LEGAL NO ART. 75, I, §3º DA LEI 14.133 DE 01/04/2021.

Apresentamos nossa proposta para os itens estabelecidos em Edital, conforme abaixo:

Seq	Descrição	Tipo	Qtde	Valor
1	Serviço de realização de Projeto detalhado de rotatória alongada, para acesso da MG-255 à Avenida do Contorno, em Itapagipe/MG, na forma descrita no Termo de Referência	SE	1	R\$

Obs.: As especificações dos serviços propostos obedecem rigorosamente às mesmas especificações contidas no Anexo I do Edital de Intenção de Contratação Direta (Dispensa de Licitação nº 22/2023).

Valor Global da Proposta: R\$ (.....)

Validade da Proposta 60 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Razão social: Nº do CNPJ: Endereço: Dados bancários: Banco: Agência: Nº de conta: Operação:

Representante legal para assinatura do contrato:

Nacionalidade: Estado civil: Profissão: RG nº: CPF nº: Endereço residência completo:

xxxx, xx de xx de xxxx.

XXXXXX

Assinatura do Responsável

CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO N° /2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 22/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 14483/2023

**CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE E A
EMPRESA**

Pelo presente instrumento, compareceram, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE**, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Rua 08, n° 1000, Centro, CEP: 38.240-000, na cidade de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 21.226.840/0001-47, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu(sua) Prefeito(a) Municipal, o(a) Sr.(a) **RICARDO GARCIA DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade n°. M-8. 600.051-SSP/MG, inscrito no CPF n°. 030.219.536-03, residente e domiciliado à Rua 24 A, n°. 580, Jardim Castro, Itapagipe/MG, e, do outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ sob o n°, com sede na Rua, n°, Bairro, CEP:, na cidade de, Estado de, neste ato representada pelo seu sócio, Sr(a)., portador do RG n° e do CPF n°, doravante designada **CONTRATADA**, , resolvem celebrar o presente contrato, com base no PROCESSO N° 14483/2023, Dispensa n° 22/2023, com fulcro na Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO IMEDIATA de serviços técnicos de engenharia com a realização de Projeto detalhado de rotatória alongada, para acesso da MG-255 à Avenida do Contorno, em Itapagipe/MG, na forma descrita no Termo de Referência, COM FUNDAMENTO LEGAL NO ART. 75, I, §3º DA LEI 14.133 DE 01/04/2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O valor global do presente contrato é de R\$ (.....).

2.2. O pagamento ocorrerá da seguinte forma:

- a) 20% (vinte por cento) do valor contratado mediante assinatura do Contrato;
- b) 60% (sessenta por cento) do valor contratado mediante protocolo dos Projetos no DER/MG;
- c) 20% (vinte por cento) do valor contratado mediante aprovação dos projetos junto ao DER/MG;

Mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021.

2.3. Não será efetuado pagamento antecipado em relação ao prazo previsto.

2.4. O pagamento será realizado por meio de depósito ou boleto bancário, ou, na impossibilidade das referidas modalidades de pagamento, poderá ser feita por cheque nominal à empresa contratada.

2.5. Poderá o Município, para implementação do pagamento, exigir a comprovação de que a Contratada encontra-se em situação fiscal regular, comprovada mediante apresentação, juntamente com a Nota Fiscal, das Certidões de Regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Débitos Trabalhistas. A não apresentação dos documentos de regularidade tributária e trabalhista, não será causa de retenção de pagamento, mas poderá levar à rescisão contratual por culpa da contratada, fazendo incidir as sanções previstas neste contrato.

2.6. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da CONTRATADA, importará na prorrogação do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

2.7. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à Contratada, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

2.8. Caso a Contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

2.9. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1. O valor do contrato será irrevogável, admitindo-se apenas, para manter o equilíbrio contratual, a revisão do valor, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial de preço para o objeto, devidamente justificado e demonstrado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, no exercício de 2023, a saber: 02.01.20.00.15.452.0003.17.2.501.3.3.90.39.00.00 – 504/1500

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços objeto deste Edital deverão ser prestados conforme especificações contidas no Termo de Referência e o prazo para início de sua execução será de 60 dias após a confirmação do primeiro pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. As obrigações contratuais serão executadas no prazo fixado na cláusula quinta, devendo ser acompanhadas e fiscalizadas por servidor designado para esse fim, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, ao qual caberá atestar a efetiva entrega dos serviços prestados.

6.2. O objeto contratado será recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações do Termo de Referência.

6.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a CONTRATANTE poderá notificar a CONTRATADA para sanar as irregularidades, se possível, ou rescindir a contratação, com aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4. O recebimento definitivo do objeto ou a prestação efetiva dos serviços se dará com a conferência e a verificação do atendimento integral dos trabalhos contratados, formalizando-se o ato de entrega através da respectiva nota fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 São obrigações da CONTRATADA:

7.2. Executar fielmente o objeto deste Contrato, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;

7.3. Manter, durante o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.4. Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução do objeto, incluídas as demais despesas referentes aos impostos, contribuições, bem como o que mais for necessário ao perfeito cumprimento do objeto deste Contrato;

7.5. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos ou empregados;

7.6. Não transferir a outrem o objeto contratado;

7.7. Disponibilizar ao CONTRATANTE, sem custos, todas as informações solicitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Efetuar o pagamento do valor contratado, no prazo e nas condições previstas no presente Contrato.

8.1.2. Fornecer todos os dados, documentos e informações necessários à execução do contrato.

8.1.3. Comunicar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sobre necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do contrato.

8.1.4. Promover o acompanhamento e a fiscalização durante a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte daquela, aplicando as penalidades previstas neste Contrato, se necessárias.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1 O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A entrega do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE, devidamente designado, podendo ser assistido por terceiros, cabendo-lhes dentre outros:

10.1 Solicitar a execução do objeto mencionado;

10.2 Supervisionar a execução do objeto, garantindo que todas as providências sejam tomadas para regularização das falhas ou defeitos observados;

10.3 Levar ao conhecimento da autoridade competente qualquer irregularidade fora de sua competência;

10.4 Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, designados por escrito, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste

Contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

10.5 Acompanhar a execução do objeto, atestar seu recebimento parcial e definitivo e indicar as ocorrências de indisponibilidade do objeto contratado;

10.6 Encaminhar à autoridade competente os documentos que relacionem as importâncias relativas a multas aplicadas à CONTRATADA, bem como os referentes a pagamentos.

10.7. O acompanhamento e a fiscalização acima não excluirão a responsabilidade da CONTRATADA, ficando esta responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nem conferirão ao CONTRATANTE, responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução do objeto contratado.

10.8. As determinações e as solicitações formuladas pelos representantes do CONTRATANTE, encarregados da fiscalização do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

10.9. Para a aceitação do objeto, os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do objeto, observarão se a CONTRATADA cumpriu todos os termos constantes do Termo de Referência, bem como todas as condições impostas no instrumento contratual.

10.10. É vedado ao Município e aos fiscais designados, exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

10.11. Durante a vigência deste contrato, a Contratada deve manter preposto aceito pela Administração do Contratante, para representá-lo sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A Contratada ficará sujeita à aplicação das seguintes penalidades, respeitado o princípio constitucional da ampla defesa:

11.1.1. Em caso de atraso injustificado na execução do contrato: multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por cada dia de atraso injustificado na execução do contrato, não ficando a Administração impedida de rescindir unilateralmente o contrato e aplicar as outras sanções previstas nos artigos 155 e 157 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.1.2. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato:

11.1.2.1. Advertência;

11.1.2.2. Multa de 30% sobre o valor total do contrato;

11.1.2.3. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

11.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caso pratique as seguintes infrações: apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na cláusula anterior.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Itapagipe, XX de XX de 2023.

Prefeitura Municipal de Itapagipe
Contratante

Contratada

Testemunha 01:

CPF:

Testemunha 02:

CPF: